



## PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAU/RS

PROCESSO Nº 910/2008

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 16/2008

### Aquisição de pneus e acessórios para máquinas e veículos da municipalidade

O **MUNICÍPIO DE MARAU**, pessoa jurídica de Direito Público interno, estabelecida na Rua Irineu Ferlin, 355, na cidade de Marau - RS, nos termos da Lei 10.520 de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 3.930, de 22 de agosto de 2005, com aplicação subsidiária da Lei Federal n.º. 8.666/93, de 21 de junho de 1993, atualizada pelas Leis Federais n.º. 8.883, de 08 de junho de 1994 e n.º. 9.648, de 27 de maio de 1998, torna público o presente Edital aos que virem ou dele tomarem conhecimento que se encontra aberta a Licitação na modalidade de **PREGÃO PRESENCIAL**, do tipo "Menor preço", conforme descrição abaixo relacionada, recebendo-se os envelopes de Propostas e Documentação, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal, até às 08:45 horas do dia 17 de Abril de 2008, com início dos lances previsto para as 09:00, nos seguintes termos:

**1.0 - OBJETIVO:** - Constitui objeto da presente Licitação a *Aquisição de pneus e acessórios para máquinas e veículos da municipalidade*, conforme descrição.

Item	Qtd	Cód.	Descrição
1	2,00	151	Colarinho 7.50 x 16 radial
2	40,00	158	Pneu 1.000 x 20 - Borrachudo Comum - profundidade mínima 19,7mm
3	22,00	159	Pneu 1.000 x 20 - Liso Comum - profundidade mínima 12,9mm
4	8,00	160	Pneu 14.00 x 24 - G2 20 lonas Comum
5	8,00	163	Pneu 10.00 x 20 Radial - Liso - profundidade mínima 14,2mm
6	12,00	164	Pneu 165/70 R13
7	30,00	165	Pneu 175/70 R13
8	8,00	847	Pneu 10.5/ 65x16 - 10 lonas - comum
9	8,00	849	Pneu 7.35 x 14 comum - liso
10	6,00	852	Pneu 7.50 x 16 Borrachudo Comum - profundidade mínima 15,4mm
11	2,00	853	Pneu 7.50 x 16 Liso Comum - profundidade mínima 11,2mm
12	43,00	854	Câmara 10.00 x 20
13	4,00	855	Pneu 14.00 x 24 - G2 16 lonas Comum
14	2,00	856	Câmara 7.50 x 16
15	8,00	861	Pneu 11.00 x 22 Borrachudo Comum - profundidade mínima 20,5mm
16	2,00	862	Pneu 11.00 x 22 Liso Comum - profundidade mínima 13,8mm
17	16,00	865	Pneu 185 R14 - 8 Lonas para Kombi
18	12,00	874	Câmara 17.5 x 25 Radial
19	10,00	882	Pneu 185/70 R14 - 88 T
20	4,00	911	Pneu 185/65 R14
21	16,00	941	Câmara 14.00 x 24
22	12,00	2090	Pneu 6.45 x 13 comum
23	48,00	6336	Colarinho 10.00 x 20
24	6,00	6499	Câmara KM 16
25	4,00	6914	Pneu 195/65 R15 - 4 lonas
26	6,00	6933	Câmara 11.00 x 22
27	4,00	7386	Câmara 12,5/80x18.
28	4,00	9947	Pneu 12.5/80x18 - 10 lonas comum
29	16,00	12594	Câmara 10.5/65 x 16
30	10,00	12595	Câmara 9.00 x 20
31	10,00	12596	Câmara 6.45 x 13
32	6,00	12597	Colarinho 11.00 x 22
33	2,00	12604	Câmara 12 x 16,5
34	4,00	12605	Câmara 7.35 x 14
35	15,00	12606	Câmara 175/70 x 13
36	4,00	13682	Pneu 275/80 R22.5 liso
37	8,00	13683	Pneu 275/80 R22.5 borrachudo



1.1 – Todos os itens referem-se exclusivamente a pneus e materiais novos, não sendo aceito os mesmos em qualquer outra condição.

1.2 - Será obrigatório na entrega, **CERTIFICAÇÃO DE CONFORMIDADE DO INMETRO** para cada modelo de pneu cotado, sendo dispensados desta obrigação, os seguintes itens:

Item	Qtd	Cód.	Descrição
4	8,00	160	Pneu 14.00 x 24 – G2 20 lonas Comum
8	8,00	847	Pneu 10.5/ 65x16 - 10 lonas - comum
13	4,00	855	Pneu 14.00 x 24 – G2 16 lonas Comum
28	4,00	9947	Pneu 12.5/80x18 - 10 lonas comum

## 2.0 – DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES

2.1 – Na data e hora fixadas neste Edital, as empresas interessadas, deverão entregar junto ao Setor de Licitações, os 02 (dois) envelopes referentes a PROPOSTA E DOCUMENTAÇÃO HABILITATÓRIA, contendo na sua parte externa fronteira, a seguinte inscrição:

AO MUNICÍPIO DE MARAU  
**PREGÃO PRESENCIAL N.º 16/2008.**  
 ENVELOPE N.º 01 – PROPOSTA FINANCEIRA  
 PROPONENTE: (Nome completo da Empresa).

AO MUNICÍPIO DE MARAU  
**PREGÃO PRESENCIAL N.º 16/2008.**  
 ENVELOPE N.º 02 – DOCUMENTAÇÃO  
 PROPONENTE: (Nome Completo da Empresa).

## 3.0 – DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

3.1 – A documentação referente ao credenciamento DEVERÁ SER APRESENTADA FORA DOS ENVELOPES acompanhada de documento de identidade.

3.2 – O credenciamento será feito, até as 08:45 horas do dia 17 de Abril de 2008, conforme segue:

3.2.1 - Se representante legal, deverá apresentar:

- a) **Instrumento público ou particular de procuração**, este com a firma do outorgante devidamente reconhecida em cartório, devendo constar o nome da empresa outorgante e também o nome do outorgado, constando ainda a indicação de amplos poderes para dar lance(s) em licitação pública; ou;
- b) **Termo de Credenciamento** (conforme modelo no Anexo V deste edital) outorgado pelos representantes legais do licitante, comprovando a existência dos necessários poderes para formulação de propostas e para prática de todos os demais atos inerentes ao certame, com assinatura reconhecida em cartório, mais;
- c) **Declaração de Conformidade**, dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação bem como a ciência e vinculação a todos os termos da presente licitação, como condição indispensável de participação, conforme disposto no inciso VII do art. 4º da Lei n.º 10.520/2002, e;
- d) **Cópia do Contrato Social**, para comprovação de que quem assinou o termo tem poderes para tomar e assinar decisões para a empresa.

3.2.2 - No caso de Sócio ou Diretor da empresa licitante deverá anexar cópia do contrato social para comprovação que tem poderes para tomar e assinar decisões para a empresa, além do Termo de Credenciamento e a Declaração de Conformidade citados acima.

3.2.3 - A não apresentação do documento de Credenciamento (do representante legal), não será motivo para a desclassificação ou inabilitação do licitante. Neste caso, o representante ficará apenas impedido de se manifestar e responder pelo licitante durante os trabalhos (formular lances, negociar preços, interpor e/ou desistir de recursos).



3.3 - As empresas que pretenderem se utilizar os benefícios da Lei Complementar nº 123/06, deverão apresentar por fora dos envelopes de Proposta e Documentação, para análise do Pregoeiro:

- a) **Declaração, firmada por contador reconhecida em cartório**, de que se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte nos termo da legislação, ou;
- b) **Comprovação de optante pelo Simples Nacional**, emitido através do site da Receita Federal acompanhada de **Declaração** de seu representante legal, assumindo a responsabilidade sob as penas da Lei, de que a informação é verdadeira.

3.4 - O não atendimento ao solicitado no item 3.3 acima, será entendido como renúncia a qualquer privilégio e a empresa receberá o mesmo tratamento dispensado às demais não beneficiadas pelo Estatuto da Microempresa.

3.5 - As **Cooperativas** que tenham auferido, no ano calendário anterior, receita bruta até o limite de 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais), gozarão dos benefícios previstos nos art. 42 à 45 da Lei Complementar 123/2006, disciplinados nos itens 6.13, deste edital, conforme o disposto no art. 34, da Lei 11.488, de 15 de junho de 2007, desde que também apresentem, fora dos envelopes, no momento do credenciamento, **Declaração, firmada por contador reconhecida em cartório, de que se enquadram no limite de receita referido acima.**

3.6 - Cada credenciado poderá representar apenas uma empresa.

3.7 - O Pregoeiro poderá, no curso da sessão pública de pregão, consultar o Cadastro da licitante, para comprovar os poderes do Credenciamento e/ou Procuração caso necessário.

3.8 – Importante. Para exercer o direito de ofertar lances e/ou manifestar intenção de recorrer, é obrigatório a presença da licitante ou de seu representante em todas as sessões públicas referente ao certame.

3.9 – O uso de telefone celular durante a sessão de lances só poderá ser usado com a permissão do Pregoeiro.

#### **4.0 – DO RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES**

4.1 – No dia, hora e local mencionados no preâmbulo deste Edital, na presença das licitantes e demais pessoas presentes à Sessão Pública do Pregão, o Pregoeiro, inicialmente, receberá os envelopes referentes PROPOSTAS DE PREÇO e DOCUMENTAÇÃO, acompanhados de DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE, dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação bem como a ciência e vinculação a todos os termos da presente licitação, como condição indispensável de participação, conforme disposto no inciso VII do art. 4º da Lei n.º 10.520/2002.

4.1.1 – A DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE citada acima, deverá ser apresentada por fora dos envelopes de Proposta e Documentação, para análise do Pregoeiro.

4.2 – Uma vez encerrado o prazo para entrega dos envelopes acima referidos, não será aceita a participação de nenhum licitante retardatário.

4.3 – O Pregoeiro realizará o credenciamento dos interessados, os quais deverão comprovar por meio de instrumento próprio, poderes para formulação de ofertas e lances verbais e para a prática dos demais atos do certame.

#### **5.0 – PROPOSTA DE PREÇO**

5.1 – As propostas deverão ser apresentadas no ENVELOPE Nº 01, em uma via, preenchida, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, assinada identificada com a razão social da licitante.

5.2 – A proposta deverá conter o valor em moeda corrente nacional (real), com até duas casas após a vírgula, onde estejam incluídas todas as despesas inerentes ao fornecimento do bem ora licitado, como obrigações fiscais, embalagens, instalação, carga, descarga e transporte.



5.3 – O PRAZO DE ENTREGA dos materiais, não poderá exceder de 10 dias contados da data de solicitação expedida pelo Município.

5.4 – A validade da proposta deverá ser de no mínimo 60 (sessenta) dias a contar da abertura da mesma.

5.5 – A mercadoria deverá ser entregue livre de frete e descarga, junto ao Parque de Máquinas Municipal.

5.6 – Não serão aceitos na entrega, equipamentos de marcas diferentes daquelas constantes na proposta vencedora.

## **6.0 – DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS**

6.1 – Verificada a conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento), superiores àquela poderão fazer novos lances verbais e sucessivos, na forma dos itens subseqüentes, até a proclamação do vencedor.

6.2 – Não havendo, pelo menos 03 (três) ofertas nas condições definidas no item 6.1, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de 03 (três), oferecer novos lances verbais e sucessivos quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas.

6.3 – No curso da sessão, os autores das propostas que atenderem aos requisitos dos itens anteriores serão convidados, individualmente, a apresentarem novos lances verbais e sucessivos, em valores distintos e decrescentes, a partir do autor da proposta classificada de maior preço, até a proclamação do vencedor.

6.4 – Caso duas ou mais propostas iniciais apresentarem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

6.5 – A oferta dos lances deverá ser efetuada no momento em que for conferida a palavra ao licitante, na ordem decrescente dos preços, sendo admitida a disputa para toda ordem de classificação decrescente dos preços.

**6.6 – Os lances mínimos aceitáveis, serão de acordo com o Anexo VII, sendo vedada a oferta de lance com empate.**

6.7 – Não poderá haver desistência dos lances já ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades previstas neste Edital.

6.8 – A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas.

6.9 – Caso não se realize lance verbal, será verificado a conformidade entre a propostas escrita de menor preço unitário e o valor estimado para a contratação, podendo, o Pregoeiro, negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

6.10 – O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocados pelo Pregoeiro, os licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

6.11 – Encerrada a etapa competitiva e ordenadas às ofertas, de acordo com o **Menor preço - Por Item**, o Pregoeiro verificará a aceitabilidade da proposta de valor mais baixo, comparando-o com os valores consignados em Planilha de Custos, decidindo, motivadamente, a respeito.

6.12 – A classificação dar-se-á pela ordem crescente de preços propostos e aceitáveis. Será declarado vencedor o licitante que apresentar a proposta de acordo com as especificações deste edital, com o preço de mercado e ofertar o menor preço unitário.



6.13 - Encerrada a sessão de lances, será verificada a ocorrência do *empate ficto*, previsto no art. 44, §2º, da Lei Complementar 123/06, sendo assegurada, como critério do desempate, preferência de contratação para as microempresas, as empresas de pequeno porte e as cooperativas que atenderem ao item 3.6 ou 3.7 deste edital.

6.13.1 - Entende-se como *empate ficto* aquelas situações em que as propostas apresentadas pela microempresa e pela empresa de pequeno porte, bem como pela cooperativa, sejam superiores em até 5% (cinco por cento) à proposta de menor valor.

6.14 - Ocorrendo o empate, na forma do item anterior, proceder-se-á da seguinte forma:

a) A microempresa, a empresa de pequeno porte ou a cooperativa detentora da proposta de menor valor será convocada para apresentar, no prazo de 5 (cinco) minutos, nova proposta, inferior àquela considerada, até então, de menor preço, situação em que será declarada vencedora do certame.

b) Se a microempresa, a empresa de pequeno porte ou a cooperativa, convocada na forma da alínea anterior, não apresentar nova proposta, inferior à de menor preço, será facultada, pela ordem de classificação, às demais microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas remanescentes, que se enquadrarem na hipótese dos itens 3.6 ou 3.7 deste edital, a apresentação de nova proposta, no prazo previsto na alínea “a” deste item.

6.15 - Se nenhuma microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, satisfizer as exigências do item anterior deste edital, será declarado vencedor do certame o licitante detentor da proposta originariamente de menor valor.

6.16 - O disposto nos itens 6.13 a 6.15 deste edital, não se aplica às hipóteses em que a proposta de menor valor inicial tiver sido apresentada por microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa.

6.17 – Serão desclassificadas:

a) - as propostas que não atenderem as exigências contidas no objeto desta licitação;

b)- as que contiverem opções de preços alternativos; as que forem omissas em pontos essenciais, de modo a ensejar dúvidas, ou que se oponham a qualquer dispositivo legal vigente, bem como as que não atenderem aos requisitos deste edital.

c) – as propostas que apresentarem preços manifestamente inexeqüíveis.

6.18 - Quaisquer inserções na proposta que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão no edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta no que não for conflitante com o instrumento convocatório.

6.19 – Da sessão pública do Pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro dos licitantes credenciados, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para habilitação e dos recursos interpostos.

6.20 – A sessão Pública não será suspensa, salvo motivo excepcional, devendo todas e quaisquer informações acerca do objeto serem esclarecidas previamente junto ao Setor de Licitações, conforme previsto neste Edital.

6.21 – Caso haja necessidade de adiamento da Sessão Pública, será marcada nova data para continuação dos trabalhos, devendo ficar intimados, no mesmo ato, as licitantes presentes.

## 7.0 – DA HABILITAÇÃO

7.1 – As **empresas cadastradas** junto ao Município, deverão apresentar dentro do **ENVELOPE N.º 02**, os seguintes documentos de habilitação, em vigor na data de abertura da Sessão Pública do Pregão:

7.1.1 – Certificado de Registro ao Fornecedor (CRF), expedido por esta Prefeitura no ato do Cadastramento em vigor, (ou seja, com todos os documentos em vigor), no caso de documentos com prazo de validade vencido, a licitante deverá anexar junto ao CRF (no envelope Documentação), os documentos atualizados na forma de cópia reprográfica autenticada.



7.1.2 – Declaração da licitante, de que não pesa contra si, declaração de inidoneidade, de acordo com o modelo constante no Anexo III e sob as penalidades cabíveis, a superveniência de fato impeditivo para contratar com o Poder Público, conforme prescreve o § 2º., Art. 32, da Lei 8.666/93 e Ofício Circular 040/94 – GEP.

7.1.3 – Declaração da licitante de cumprimento ao artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal (conforme modelo do Anexo IV), assinada por representante(s) legal(is) da empresa.

7.2 – As **empresas não cadastradas** junto ao Município, deverão apresentar dentro do **ENVELOPE N.º 02**, os seguintes documentos de habilitação, em vigor na data de abertura da Sessão Pública do Pregão:

7.2.1 – Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrada, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores e no caso de empresa individual, registro comercial.

7.2.2 – Certidão de Inscrição no CGC/CNPJ (matriz e filial).

7.2.3 - Prova de regularidade para com as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante.

7.2.4 – Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a tributos federais e Dívida Ativa da União, fornecida pela Procuradoria da Fazenda Nacional competente.

7.2.5 – Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

7.2.6 – Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

7.2.7 – Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede do licitante, com data de emissão de até 30 (trinta) dias.

7.2.8 – Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social, já, exigível e apresentado na forma da Lei. O Balanço patrimonial deverá estar transcrito no Livro Diário e esse registrado no órgão público competente e, para comprovação, deverá ser anexado o termo de abertura e encerramento do Livro Diário. É vedada a apresentação de balanços provisórios ou balancetes.

7.2.9 – Declaração da licitante, de que não pesa contra si, declaração de inidoneidade, de acordo com o modelo constante no Anexo III e sob as penalidades cabíveis, a superveniência de fato impeditivo para contratar com o Poder Público, conforme prescreve o § 2º., Art. 32, da Lei 8.666/93 e Ofício Circular 040/94 – GEP.

7.2.10 – Declaração da licitante de cumprimento ao artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal (conforme modelo do Anexo IV), assinada por representante(s) legal(is) da empresa.

7.3 - A microempresa e a empresa de pequeno porte, bem como a cooperativa que atender ao item 3.6 ou 3.7 que possuir restrição em qualquer dos documentos de regularidade fiscal, previstos no item 7.1.1 ou 7.2.1 a 7.2.7 deste edital, terá sua habilitação condicionada à apresentação de nova documentação, que comprove a sua regularidade em dois dias úteis, a da sessão em que foi declarada como vencedora do certame.

7.3.1 - O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

7.3.2 - Ocorrendo a situação prevista no item 7.3, a sessão do pregão será suspensa, podendo o pregoeiro fixar, desde logo, a data em que se dará continuidade ao certame, ficando os licitantes já intimados a comparecer ao ato público, a fim de acompanhar o julgamento da habilitação.



7.3.3 - O benefício de que trata o item 7.3 não eximirá a microempresa, a empresa de pequeno porte e a cooperativa, da apresentação de todos os documentos, ainda que apresentem alguma restrição.

7.3.4 - A não regularização da documentação, no prazo fixado no item 7.3, implicará na inabilitação do licitante e a adoção do procedimento previsto no item 8.2, sem prejuízo das penalidades previstas no item 13.3 deste edital.

7.4 – O envelope de documentação deste Pregão que não for aberto ficará em poder do Pregoeiro pelo prazo de 30 (trinta) dias a partir da homologação da licitação, devendo o licitante retirá-lo, após aquele período, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de inutilização do envelope.

## **8.0 – DA ADJUDICAÇÃO**

8.1 – Constatado o atendimento das exigências fixadas no Edital, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame.

8.2 – Em caso de desatendimento às exigências habilitatórias, o Pregoeiro inabilitará a licitante e examinará as ofertas subseqüentes e qualificação das licitantes, na ordem de classificação e, assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora, ocasião em que o Pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

## **9.0 – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

9.1 – Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias para a apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

9.2 – A manifestação na sessão Pública e a motivação, no caso de recurso, são pressupostos de admissibilidade dos recursos.

9.3 – As razões e contra-razões do recurso deverão ser encaminhadas, por escrito, ao Pregoeiro, no endereço mencionado no preâmbulo deste Edital.

9.4 – A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso.

## **10.0 – DA ENTREGA**

10.1 – A licitante vencedora deverá entregar dos materiais licitados em prazo não superior a 10 dias, contados após a homologação e solicitação de entrega pelo Município.

10.2 - Não será aceito na entrega, materiais de marca diferente daquela constante na proposta vencedora.

10.3 – Quando da entrega do equipamento/mercadoria, o Município emitirá um TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO, e terá um prazo de até 03 (três) dias para verificação da conformidade do objeto com a especificação do Edital. Após a verificação, e conseqüente aprovação, será dado aceitação e emitido TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO, e então iniciará a contagem do prazo de pagamento.

## **11.0 – FORMA DE PAGAMENTO**

11.1 – O pagamento será realizado em até 15 (quinze) dias após a entrega dos materiais, conforme a quantidade entregue.

11.2 - O licitante vencedor deverá, **obrigatoriamente fornecer as Notas Fiscais de Fatura**, constando a identificação do presente Processo Licitatório (**PP nº 16/2008**).



## 12.0 – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1 – Para contratação do objeto desta licitação os recursos previstos correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão	Despesa	Projeto	Cód. Cat. Econ.	Cat. Econômica
ORGAOS SUBORDINADOS	0201 4 122 2 2 2	MANUT DAS ATIVIDADES DO GABINETE DO PREF	33903039	MAT PARA MANUT DE VEÍCULOS
MANUT E DESENVOLV DO ENSINO	0401 12 361 106 2 20	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR	33903039	MAT PARA MANUT DE VEÍCULOS
ORGAOS SUBORDINADOS	0501 4 122 2 2 41	MANUT E RESTAURAÇÃO DE MÁQUINAS, VE	33903039	MAT PARA MANUT DE VEÍCULOS
DIVISAO AGRICULTURA	0701 4 122 2 2 69	MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS E MÁQUINAS	33903039	MAT PARA MANUT DE VEÍCULOS
FUNDO MUN ASSIST SOCIAL - REC PROP	1001 4 122 2 2 88	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECR. MUN.	33903039	MAT PARA MANUT DE VEÍCULOS
ÓRGÃOS SUBORDINADOS	0801 4 122 2 2 74	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECR. MUN.	33903039	MAT PARA MANUT DE VEÍCULOS

Código Reduzido da Despesa	Fonte de recurso	Descrição da Fonte Recurso
1215	1	Recurso Livre
1217	1	Recurso Livre
1220	1	Recurso Livre
1222	1	Recurso Livre
1224	1	Recurso Livre
2344	20	M D E

## 13.0 – DAS PENALIDADES

13.1 – A recusa pelo fornecedor em atender ao objeto adjudicado acarretará a multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da proposta.

13.2 – A **entrega em desacordo** com o licitado, acarretará multa de 1,0% (um por cento), por dia de atraso, até o limite de 10 (dez) dias, para sanar a irregularidade. Após esse prazo, a contratação será rescindida, sendo aplicada às penalidades previstas.

13.2 – O **atraso** que exceder ao prazo fixado para entrega, acarretará a multa de 1,0% (um por cento), por dia de atraso, limitado ao máximo de 10% (dez por cento), sobre o valor total que lhe foi adjudicado. Após esse prazo, a contratação será rescindida, sendo aplicada às penalidades previstas.

13.3 - Pelo inadimplemento das obrigações, seja na condição de participante do pregão ou de contratante, as licitantes, conforme a infração, estarão sujeitas às seguintes penalidades:

- a) Deixar de apresentar a documentação exigida no certame: *suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 2 anos e multa de 10% sobre o valor estimado da contratação;*
- b) Manter comportamento inadequado durante o pregão: *afastamento do certame e suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 2 anos;*
- c) Deixar de manter a proposta (recusa injustificada para contratar): *suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 5 anos e multa de 10% sobre o valor estimado da contratação;*
- d) Executar o contrato com irregularidades, passíveis de correção durante a execução e sem prejuízo ao resultado: *advertência;*
- e) Executar o contrato com atraso injustificado, até o limite de 03 (três) dias, após os quais será considerado como inexecução contratual: *multa diária de 0,5% sobre o valor atualizado do contrato;*
- f) Inexecução parcial do contrato: *suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 3 anos e multa de 8% sobre o valor correspondente ao montante não adimplido do contrato;*
- g) Inexecução total do contrato: *suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 5 anos e multa de 10% sobre o valor atualizado do contrato;*
- h) Causar prejuízo material resultante diretamente de execução contratual: *declaração de inidoneidade cumulada com a suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 5 anos e multa de 10 % sobre o valor atualizado do contrato.*



13.4 – Na aplicação das penalidades previstas no Edital, o Município considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes do licitante ou contratado, podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as suas justificativas, nos termos do que dispõe o artigo 87, “caput”, da Lei nº 8.666/93.

13.5 - No caso de aplicação de multa, a **CONTRATADA** será notificada, por escrito, da referida sanção, tendo ela o prazo de 10 dias, contados do recebimento da notificação, para recolher a importância à Secretaria da Fazenda, sendo necessária a apresentação de comprovante do recolhimento, para liberação do pagamento da parcela que tiver direito.

13.6 – As penalidades serão registradas no cadastro do contratado, quando for o caso.

13.7 – Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

#### **14.0 – DISPOSIÇÕES FINAIS**

14.1 – Quaisquer informações ou dúvidas de ordem técnica, bem como aquelas decorrentes da interpretação do Edital, deverão ser solicitadas por escrito ao Município de Marau, nos horários das 07:30 as 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas preferencialmente, com antecedência mínima de 3 (três) dias da data marcada para o recebimento dos envelopes, ao Departamento de Licitações, ou pelo fone (54) 3342-9520 ou fax (54) 3342-5650.

14.2 – Os questionamentos recebidos e as respectivas respostas com relação ao presente Pregão encontrar-se-ão à disposição de todos os interessados no departamento de Licitações.

14.3 – Ocorrendo a decretação de feriado ou qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, todas as datas constantes deste Edital serão transferidas, automaticamente, para o primeiro dia útil ou de expediente subsequentes aos ora fixados.

14.4 – Para agilização dos trabalhos, solicita-se que os licitantes façam constar em sua documentação o endereço e os números de fax, telefone e correio eletrônico (e-mail).

14.5 – Administração poderá revogar a licitação por interesse público, devendo anulá-la por ilegalidade, em despacho fundamentado, sem a obrigação de indenizar.

14.6 – Fazem parte integrante deste Edital:

- a) - Anexo I – Minuta do Contrato.
- b) - Anexo II – Formulário Padrão para preenchimento da proposta.
- c) - Anexo III – Modelo de Declaração de Idoneidade.
- d) - Anexo IV - Modelo declaração cumprimento Art. 7º da Constituição Federal.
- e) - Anexo V – Modelo Credenciamento.
- f) - Anexo VI – Declaração de Conformidade.
- g) – Anexo VII – Tabela de lances mínimos.

14.7 – O Edital relativo ao objeto desta licitação, encontra-se à disposição dos interessados no Departamento de Licitações junto a Prefeitura Municipal.

Marau, 02 de Abril de 2008.

Vilmar Perin Zanchin  
Prefeito Municipal

Ivanir Roncatto  
Sec. Mun. Administ. e Fazenda

Vezero e Dallamaria Advogados & Associados  
Departamento Jurídico



## ANEXO I

### MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS

Que entre si fazem, de um lado o **MUNICÍPIO DE MARAU**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, CNPJ n.º. 87.599.122/0001-24, com sede na Rua Irineu Ferlin, 355, na cidade de Marau - RS, neste ato representado pelo Prefeito Municipal **VILMAR PERIN ZANCHIN**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Francisco Sá, nº 86, nesta cidade de Marau – RS, neste ato denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e (.....), inscrito no CGC/CNPJ sob nº ....., com sede na ....., na cidade de ..... de neste ato representada pelo sócio-gerente, Senhor (.....), doravante denominada **CONTRATADA**, com base no resultado do julgamento da Licitação – Modalidade Pregão Presencial nº 16/2008, nos termos constantes neste instrumento.

**Cláusula 1.ª.** - O presente contrato tem por objeto o fornecimento de *pneus e acessórios para máquinas e veículos da municipalidade*, a ser realizado pela **CONTRATADA**.

Item	Qtde	Descrição	R\$ Unit.	R\$ Total
1	2,00	Colarinho 7.50 x 16 radial		
2	40,00	Pneu 1.000 x 20 - Borrachudo Comum - prof min 19,7mm		
3	22,00	Pneu 1.000 x 20 - Liso Comum – prof mínima 12,9mm		
4	8,00	Pneu 14.00 x 24 – G2 20 lonas Comum		
5	8,00	Pneu 10.00 x 20 Radial - Liso – prof mínima 14,2mm		
6	12,00	Pneu 165/70 R13		
7	30,00	Pneu 175/70 R13		
8	8,00	Pneu 10.5/ 65x16 - 10 lonas - comum		
9	8,00	Pneu 7.35 x 14 comum – liso		
10	6,00	Pneu 7.50 x 16 Borrachudo Comum - prof mín 15,4mm		
11	2,00	Pneu 7.50 x 16 Liso Comum – prof mínima 11,2mm		
12	43,00	Câmara 10.00 x 20		
13	4,00	Pneu 14.00 x 24 – G2 16 lonas Comum		
14	2,00	Câmara 7.50 x 16		
15	8,00	Pneu 11.00 x 22 Borrachudo Comum - prof mín 20,5mm		
16	2,00	Pneu 11.00 x 22 Liso Comum – prof mínima 13,8mm		
17	16,00	Pneu 185 R14 - 8 Lonas para Kombi		
18	12,00	Câmara 17.5 x 25 Radial		
19	10,00	Pneu 185/70 R14 - 88 T		
20	4,00	Pneu 185/65 R14		
21	16,00	Câmara 14.00 x 24		
22	12,00	Pneu 6.45 x 13 comum		
23	48,00	Colarinho 10.00 x 20		
24	6,00	Câmara KM 16		
25	4,00	Pneu 195/65 R15 - 4 lonas		
26	6,00	Câmara 11.00 x 22		
27	4,00	Câmara 12,5/80x18.		



28	4,00	Pneu 12.5/80x18 - 10 lonas comum		
29	16,00	Câmara 10.5/65 x 16		
30	10,00	Câmara 9.00 x 20		
31	10,00	Câmara 6.45 x 13		
32	6,00	Colarinho 11.00 x 22		
33	2,00	Câmara 12 x 16,5		
34	4,00	Câmara 7.35 x 14		
35	15,00	Câmara 175/70 x 13		
36	4,00	Pneu 275/80 R22.5 liso		
37	8,00	Pneu 275/80 R22.5 borrachudo		

**Cláusula 2.<sup>a</sup>.** - A **CONTRATADA**, atenderá ao presente Termo Contratual, obrigando-se a efetuar a entrega dos materiais/equipamentos atendendo às normas técnicas e legais vigentes, de modo a resguardar, sob todos os aspectos, a segurança e o interesse público.

**Cláusula 3.<sup>a</sup>.** - A **CONTRATANTE** exercerá a fiscalização, avaliação da qualidade dos materiais entregues através dos peritos formalmente indicados pela mesma, conforme disposto no instrumento convocatório.

**Cláusula 4.<sup>a</sup>.** - O preço a ser pago pelo **CONTRATANTE** pelo fornecimento do objeto do presente instrumento, será conforme Cláusula 1<sup>a</sup> acima, sem que incida sobre o mesmo qualquer reajuste e será pago somente após vistoria, aprovação executada pelos servidores responsáveis, certificando o fiel cumprimento deste contrato.

§ 1º Quando da entrega, o Município emitirá um TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO, e terá um prazo de até 03 (três) dias para verificação da conformidade do objeto com a especificação do Edital

§ 2º -. Após a verificação, e conseqüente aprovação, iniciará a contagem do prazo de até 15 dias para o pagamento.

§ 3º - Será obrigatório constar no corpo de cada Nota Fiscal emitida, a identificação do presente processo licitatório (Pregão Presencial nº 16/2008).

**Cláusula 5.<sup>a</sup>.** - A **CONTRATADA** deverá facultar o livre acesso do representante e/ou peritos do **CONTRATANTE** em suas fábricas, depósitos e instalações, bem como a todos os registros e documentos pertinentes à execução ora contratada, sem que tal fiscalização importe, a qualquer título, em responsabilidade por parte do **CONTRATANTE**.

**Cláusula 6.<sup>a</sup>.** – A **CONTRATADA** terá o prazo máximo de 10 dias a partir da assinatura deste termo para a entrega, sob pena de pagar multa de 01% (um por cento) do valor contratado por dia de atraso, até o máximo de 10% (dez por cento), que serão retidos do pagamento a ser efetuado.

**Parágrafo Único:** Qualquer alteração no prazo supra-referido dependerá da prévia aprovação, por escrito, do **CONTRATANTE**.

**Cláusula 7.<sup>a</sup>.** - A **CONTRATADA** compromete-se a corrigir, as suas custas, parcial ou totalmente, caso os objetos apresentados não atendam aos critérios básicos legalmente estabelecidos pelo Município de Marau.

**Cláusula 8.<sup>a</sup>.** – Caberá à **CONTRATADA** cumprir as Portarias e Resoluções do Município, e ainda responder por si e por seus prepostos, por danos causados ao Município ou a terceiros por sua culpa ou dolo, bem como indenizar imediatamente os que eventualmente venha causar às instalações, prédios, mobiliário, máquinas e todos os demais pertences do **CONTRATANTE** e a de particulares, ainda que involuntários, praticados por seus funcionários;

**Cláusula 9.<sup>a</sup>.** Todos os encargos trabalhistas, fiscais, previdenciários e sociais, em relação ao quadro de pessoal, serão da exclusiva responsabilidade da **CONTRATADA**, assim como a responsabilidade civil e



penal sobre eventuais danos e indenizações de qualquer espécie, que os mesmos vierem a dar causa, exonerando-se integralmente o **CONTRATANTE**;

**§ primeiro** - Ao **CONTRATANTE** é reservado o direito de exigir, a qualquer tempo durante a vigência do contrato, a comprovação de regularidade dos referidos encargos, sendo que a **CONTRATADA** obrigatoriamente deverá comprovar o recolhimento do INSS, FGTS e do ISSQN.

**§ segundo** - À **CONTRATADA** obriga-se o cumprimento do disposto no Inciso XXXII do Artigo 7º da Constituição Federal.

**Cláusula 10.<sup>a</sup>** - A fiscalização sobre todos os termos do presente contrato a ser exercida pelo **CONTRATANTE**, ocorrerá para preservar o interesse público, sendo que eventual atraso nesta tarefa, não lhe implicará co-responsabilidade pela eventual execução incorreta dos serviços.

**Cláusula 11** - Na vigência do Contrato, a **CONTRATADA** estará sujeita as seguintes penalidades, admitindo-se a ampla defesa e os recursos previstos em Lei.

a) – Advertência por escrito sempre que verificadas pequenas irregularidades para as quais tenha concorrido.

b) – Aplicação de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, nos seguintes casos:

I - Quando o objeto não for atendido de acordo com as especificações da proposta ou,

II – Quando não corrigir deficiência ou não refazer serviços solicitados pelo **CONTRATANTE**, em tempo hábil, acertado pelo Município através do(s) seu(s) responsável(is) técnico(s).

c) – Suspensão do direito de licitar, num prazo de até 02 (dois) anos, dependendo da gravidade da falta.

d) – Declaração de inidoneidade para licitar e contratar nos casos de falta grave.

**§ primeiro** – Para efeitos da aplicação das sanções previstas nesta cláusula, fica a exclusivo critério do **CONTRATANTE** a definição do que sejam “pequenas irregularidade”, “gravidade da falta” e “falta grave”.

**§ segundo** – No caso de aplicação de multa, a **CONTRATADA** será notificada, por escrito, da referida sanção, tendo ela o prazo de 10 dias, contados do recebimento da notificação, para recolher a importância à Secretaria da Fazenda, sendo necessária a apresentação de comprovante do recolhimento, para liberação do pagamento da parcela que tiver direito.

**Cláusula 12** – Além das condições previstas nos artigos 77 a 79 da Lei 8.666/93 e suas alterações futuras, o presente contrato poderá ser rescindido, mediante termo próprio, na ocorrência das seguintes situações:

a) – Por mútuo consenso, a qualquer tempo, recebendo a **CONTRATADA**, nesta hipótese, pela execução até a data da ordem de paralisação dos mesmos, excluindo o montante das multas a pagar.

b) – Pelo **CONTRATANTE**, mediante aviso por escrito com 30 (trinta) dias de antecedência, sem que seja compelido a explicar os motivos determinantes, e, também, sem que seja obrigado a responder por ônus ou prejuízos resultantes, salvo o regularmente devido à **CONTRATADA**, excluindo o valor das multas a pagar.

c) – Pelo **CONTRATANTE**, independente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem que assista a **CONTRATADA** direito de indenização de qualquer espécie, na ocorrência das seguintes situações:

I – Não cumprir quaisquer das obrigações assumidas;

II – Não recolher, no prazo determinado, as multas impostas;

III – Abandono ou sublocação total ou parcial do serviço;

IV - Manifesta deficiência do serviço;

V - Falta grave ao Juízo do Município;

VI - Falência ou insolvência;

VII - Não entregar os materiais/equipamentos no prazo previsto.

**Cláusula 13** - A entrega de documentos e/ou missivas trocadas entre a **CONTRATANTE** e **CONTRATADA** será efetivada, via de protocolo, única forma, aceita como prova de entrega, por ambas as partes, durante o período de vigência deste Contrato.

**Cláusula 14** - As despesas e custeio do objeto deste contrato, serão subsidiadas com recursos consignados na seguinte Dotação Orçamentária:

Órgão	Despesa	Projeto	Cód. Cat. Econ.	Cat. Econômica
ORGAOS SUBORDINADOS	0201 4 122 2 2 2	MANUT DAS ATIVIDADES DO GABINETE DO PREF	33903039	MAT PARA MANUT DE VEÍCULOS



MANUT E DESENVOLV DO ENSINO	0401	12	361	106	2	20	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR	33903039	MAT PARA MANUT DE VEÍCULOS
ORGAOS SUBORDINADOS	0501	4	122	2	2	41	MANUT E RESTAURAÇÃO DE MÁQUINAS, VE	33903039	MAT PARA MANUT DE VEÍCULOS
DIVISAO AGRICULTURA	0701	4	122	2	2	69	MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS E MÁQUINAS	33903039	MAT PARA MANUT DE VEÍCULOS
FUNDO MUN ASSIST SOCIAL - REC PROP	1001	4	122	2	2	88	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECR. MUN.	33903039	MAT PARA MANUT DE VEÍCULOS
ÓRGÃOS SUBORDINADOS	0801	4	122	2	2	74	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECR. MUN.	33903039	MAT PARA MANUT DE VEÍCULOS

Código Reduzido da Despesa	Fonte de recurso	Descrição da Fonte Recurso
1215	1	Recurso Livre
1217	1	Recurso Livre
1220	1	Recurso Livre
1222	1	Recurso Livre
1224	1	Recurso Livre
2344	20	M D E

**Cláusula 15** - Aplica-se ao presente contrato, no que couberem, as disposições da Lei 8.666, de 21 de julho de 1.993, com as alterações introduzidas pela Lei 8.883, de 08 de junho de 1.994, e os dispositivos da licitação modalidade Pregão Presencial n.º.16/2008.

**Parágrafo único** - Resta estabelecido o Foro da Comarca de Marau - RS, o competente para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias advindas desta relação.

Para todos os fins e efeitos de direito, os contratantes declaram o presente contrato nos expressos termos em que foi lavrado, e assinam-no na presença de duas testemunhas, em 03 vias de igual teor e forma.

Marau (RS), .....

\_\_\_\_\_  
 .....  
 Contratada

\_\_\_\_\_  
 Vilmar Perin Zanchin  
 Contratante

Testemunhas:

1ª - \_\_\_\_\_

2ª - \_\_\_\_\_



**ANEXO II - PROPOSTA COMERCIAL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAU/RS**

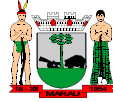
**PROCESSO N° 910/2008 - PREGÃO PRESENCIAL 16/2008**

**Aquisição de pneus e acessórios para máquinas e veículos da municipalidade**

<b>Fornecedor</b>				
<b>Endereço</b>			<b>CEP</b>	
<b>CNPJ</b>		<b>Município</b>		<b>UF</b>

Pela presente, solicitamos a V.Sas. que nos seja enviada proposta para o fornecimento dos materiais conforme segue:

<b>Item</b>	<b>Qtde</b>	<b>Cód.</b>	<b>Descrição</b>	<b>Valor Unit.</b>
1	2,00	151	Colarinho 7.50 x 16 radial	
2	40,00	158	Pneu 1.000 x 20 - Borrachudo Comum - prof mínima 19,7mm	
3	22,00	159	Pneu 1.000 x 20 - Liso Comum - profundidade mínima 12,9mm	
4	8,00	160	Pneu 14.00 x 24 – G2 20 lonas Comum	
5	8,00	163	Pneu 10.00 x 20 Radial - Liso - profundidade mínima 14,2mm	
6	12,00	164	Pneu 165/70 R13	
7	30,00	165	Pneu 175/70 R13	
8	8,00	847	Pneu 10.5/ 65x16 - 10 lonas - comum	
9	8,00	849	Pneu 7.35 x 14 comum - liso	
10	6,00	852	Pneu 7.50 x 16 Borrachudo Comum - profundidade mínima 15,4mm	
11	2,00	853	Pneu 7.50 x 16 Liso Comum - profundidade mínima 11,2mm	
12	43,00	854	Câmara 10.00 x 20	
13	4,00	855	Pneu 14.00 x 24 – G2 16 lonas Comum	
14	2,00	856	Câmara 7.50 x 16	
15	8,00	861	Pneu 11.00 x 22 Borrachudo Comum - prof mínima 20,5mm	
16	2,00	862	Pneu 11.00 x 22 Liso Comum - profundidade mínima 13,8mm	
17	16,00	865	Pneu 185/65 R14 - 8 Lonas para Kombi	
18	12,00	874	Câmara 17.5 x 25 Radial	
19	10,00	882	Pneu 185/70 R14 - 88 T	
20	4,00	911	Pneu 185/65 R14	



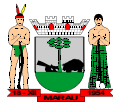
21	16,00	941	Câmara 14.00 x 24	
22	12,00	2090	Pneu 6.45 x 13 comum	
23	48,00	6336	Colarinho 10.00 x 20	
24	6,00	6499	Câmara KM 16	
25	4,00	6914	Pneu 195/65 R15 - 4 lonas	
26	6,00	6933	Câmara 11.00 x 22	
27	4,00	7386	Câmara 12,5/80x18.	
28	4,00	9947	Pneu 12.5/80x18 - 10 lonas comum	
29	16,00	12594	Câmara 10.5/65 x 16	
30	10,00	12595	Câmara 9.00 x 20	
31	10,00	12596	Câmara 6.45 x 13	
32	6,00	12597	Colarinho 11.00 x 22	
33	2,00	12604	Câmara 12 x 16,5	
34	4,00	12605	Câmara 7.35 x 14	
35	15,00	12606	Câmara 175/70 x 13	
36	4,00	13682	Pneu 275/80 R22.5 liso	
37	8,00	13683	Pneu 275/80 R22.5 borrachudo	

Data de entrega da Proposta: 17/04/08 - às 08:45 horas.

**Entrega e Condições conforme Edital.**

---

Representante Legal



**ANEXO III**

(MODELO)

À Comissão de Licitações

**DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE**

A empresa ....., inscrita no CGC/CNPJ sob nº \_\_\_\_\_.\_\_\_\_\_.\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_-\_\_\_\_\_, através de seu Responsável Legal, declara, sob as penas da lei, que não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública.

Por ser expressão de verdade, firmamos o presente.

\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2008.

\_\_\_\_\_  
Representante Legal



**ANEXO IV**

(MODELO)

À Comissão de Licitações

**DECLARAÇÃO**

Declaramos para os fins de direito, na qualidade de licitante do procedimento licitatório sob a modalidade de Pregão Presencial nº 16/2008, em cumprimento ao inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal de que não possuímos em nosso quadro funcional, pessoas menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e, de menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos.

Por ser expressão da verdade, firmamos o presente.

\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2008.

CGC/CNPJ: \_\_\_\_\_

Razão Social: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Representante Legal



**ANEXO V**

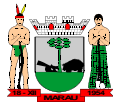
**(MODELO DE CREDENCIAMENTO)**

A empresa ....., inscrita no CGC/CNPJ sob nº ....., através do presente, credencia o(a) Sr(a) ....., portador da cédula de identidade nº....., CPF nº,..... a participar da licitação instaurada pelo Município de Marau, na modalidade de Pregão Presencial, sob o nº 16/2008, na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe plenos poderes para pronunciar-se em nome da empresa, bem como formular propostas e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

....., de....., de 2008.

Firma reconhecida

\_\_\_\_\_  
Representante Legal



## ANEXO VI

(MODELO)

### DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

A empresa (.....), através de seu Representante Legal, declara, sob as penas da lei, que cumprem todos os requisitos de habilitação, ou seja, que o envelope identificado como o de nº 02, contém todas as exigências editalícias que comprovam a regularidade jurídica e fiscal, bem como a capacitação técnica e econômica da empresa, conforme disposto no inciso VII do art. 4º da Lei n.º 10.520/2002.

Por ser expressão de verdade, firmamos o presente.

....., em ..... de ..... de 2008.

---

Representante Legal



## ANEXO VII

## TABELA DE LANCES MÍNIMOS - PREGÃO 16/2008

Item	Cód.	Descrição do Material	Lance Mínimo
1	151	Colarinho 7.50 x 16 radial	R\$ 0,50
2	158	Pneu 1.000 x 20 - Borrachudo Comum - prof mín 19,7mm	R\$ 5,00
3	159	Pneu 1.000 x 20 - Liso Comum – prof mín 12,9mm	R\$ 5,00
4	160	Pneu 14.00 x 24 – G2 20 lonas Comum	R\$ 50,00
5	163	Pneu 10.00 x 20 Radial - Liso – prof mínima 14,2mm	R\$ 10,00
6	164	Pneu 165/70 R13	R\$ 1,00
7	165	Pneu 175/70 R13	R\$ 1,00
8	847	Pneu 10.5/ 65x16 - 10 lonas - comum	R\$ 10,00
9	849	Pneu 7.35 x 14 comum – liso	R\$ 2,00
10	852	Pneu 7.50 x 16 Borrachudo Comum - prof mín 15,4mm	R\$ 3,00
11	853	Pneu 7.50 x 16 Liso Comum - prof mín 11,2mm	R\$ 3,00
12	854	Câmara 10.00 x 20	R\$ 0,50
13	855	Pneu 14.00 x 24 – G2 16 lonas Comum	R\$ 10,00
14	856	Câmara 7.50 x 16	R\$ 0,50
15	861	Pneu 11.00 x 22 Borrachudo Comum - prof mín 20,5mm	R\$ 10,00
16	862	Pneu 11.00 x 22 Liso Comum - prof mín 13,8mm	R\$ 10,00
17	865	Pneu 185 R14 - 8 Lonas para Kombi	R\$ 1,00
18	874	Câmara 17.5 x 25 Radial	R\$ 1,00
19	882	Pneu 185/70 R14 - 88 T	R\$ 1,00
20	911	Pneu 185/65 R14	R\$ 1,00
21	941	Câmara 14.00 x 24	R\$ 1,00
22	2090	Pneu 6.45 x 13 comum	R\$ 1,00
23	6336	Colarinho 10.00 x 20	R\$ 0,50
24	6499	Câmara de ar aro 8 - para pneu de carrinho de mão	R\$ 0,50
25	6914	Pneu 195/65 R15 - 4 lonas	R\$ 2,00
26	6933	Câmara 11.00 x 22	R\$ 1,00
27	7386	Câmara 12,5/80x18.	R\$ 0,50
28	9947	Pneu 12.5/80x18 - 10 lonas comum	R\$ 10,00
29	12594	Câmara 10.5/65 x 16	R\$ 0,50
30	12595	Câmara 9.00 x 20	R\$ 0,50
31	12596	Câmara 6.45 x 13	R\$ 0,50
32	12597	Colarinho 11.00 x 22	R\$ 0,50
33	12604	Câmara 12 x 16,5	R\$ 0,50
34	12605	Câmara 7.35 x 14	R\$ 0,50
35	12606	Câmara 175/70 x 13	R\$ 0,50
36	13682	Pneu 275/80 R22.5 liso	R\$ 10,00
37	13683	Pneu 275/80 R22.5 borrachudo	R\$ 10,00